



**Despacho n.º 5108/2002 (2.ª série).** — O Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, aprovou um regime especial em matéria de instrumentos de gestão territorial para as zonas de intervenção legalmente definidas no âmbito do Programa Polis.

O referido diploma estipula, no artigo 3.º, que a aprovação pela assembleia municipal dos planos de urbanização e dos planos de pormenor para as áreas abrangidas por aquelas zonas de intervenção seja precedida do parecer de uma comissão técnica de acompanhamento, pelo que importa proceder à sua constituição.

Assim, determino:

1 — É constituída a comissão técnica de acompanhamento do Plano de Urbanização da Área de Intervenção do Programa Polis em Aveiro, integrado na Zona de Intervenção do Programa Polis em Aveiro.

2 — A comissão técnica de acompanhamento é integrada pelos seguintes elementos:

Arquitecto João Biencard Cruz, em representação do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, que preside.  
Dr.ª Maria do Rosário de Sousa Sentieiro, em representação do Ministro das Finanças, designada pelo respectivo Ministro.  
Arquitecto Antero Castanheira de Carvalho, em representação do Ministro do Equipamento Social, designado pelo respectivo Ministro.

Engenheiro Carlos Rodrigues, em representação do Ministro da Cultura, designado pelo respectivo Ministro.

Arquitecto Tércio Guimarães, em representação da Câmara Municipal de Aveiro, designado pelo presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

19 de Fevereiro de 2002. — O Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

#### Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

**Despacho n.º 5109/2002 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e no n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, aprovo, no exercício das competências que me foram delegadas através do despacho n.º 25 784/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*,

2.ª série, de 30 de Dezembro de 1999, rectificado pelo despacho n.º 554/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Fevereiro de 2000, a constituição da comissão técnica que acompanhará a revisão do Plano Director Municipal de Benavente, com a seguinte composição:

Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Lisboa e Vale do Tejo;  
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;  
Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;  
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia;  
Instituto de Estradas de Portugal;  
Instituto da Conservação da Natureza;  
Direcção-Geral das Florestas.

18 de Fevereiro de 2002. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

**Despacho n.º 5110/2002 (2.ª série).** — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e no n.º 6 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 155/97, de 24 de Junho, aprovo, no exercício das competências que me foram delegadas através do despacho n.º 25 784/99 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 30 de Dezembro de 1999, rectificado pelo despacho n.º 554/2000 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 18 de Fevereiro de 2000, a constituição da comissão técnica que acompanhará a revisão do Plano Director Municipal do Cadaval, com a seguinte composição:

Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território — Lisboa e Vale do Tejo;  
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano;  
Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;  
Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Ministério da Economia;  
Instituto Português do Património Arquitectónico;